

5 JUL 1976

Sarney: A Emenda de Montoro não passa

CORREIO BRAZILIENSE

O senador arenista José Sarney garantiu, ontem, que a Emenda de Franco Montoro, pelo restabelecimento das eleições diretas, busca apenas anular as convenções da Arena.

- A Emenda Montoro é partidária, tem como objetivo anular as convenções da Arena e interferir no processo de sucessões, provocando confrontos, por isso vai ser rejeitada - disse ontem o senador José Sarney, depois de um encontro de 35 minutos com o Presidente Ernesto Geisel, à tarde.

Sarney considera a emenda do senador emedebista uma manobra política com o objetivo de gerar confrontos, lembrando que somente agora, depois de realizadas as convenções da Arena, foi que Montoro apresentou seu projeto. "Por que ele não teve essa iniciativa há um ano?" - indagou o vice-líder da Arena.

Ele justificou sua audiência de mais de meia hora com o Presidente Ernesto Geisel afirmando ter ido tratar de assuntos ligados ao Pólo Siderúrgico do Maranhão, considerando normal o fato de, como vice-líder da Arena, conversar também assuntos políticos.

Disse José Sarney que encontrou Geisel com as mesmas motivações que o levaram a se definir pelo projeto de reformas políticas, assegurando para o País instituições



José Sarney denuncia tentativa de anulação das convenções arenistas

políticas duradouras, além de permitir à democracia condições para se defender.

Pessoalmente, como afirmou, Sarney considera as críticas que surgem contra as reformas uma reação normal, lembrando que todas as mudanças constitucionais se expõem, a isto "tanto assim que na França continuam as discussões em torno do artigo 16".

O projeto enviado ao Congresso Nacional, na sua opinião, representa um grande avanço, excedendo as previsões. Para ele, o Presidente Geisel "assumiu uma posição do maior patriotismo".

José Sarney, que é relator do projeto de reformas, admitiu a possibilidade de serem aceitas emendas, "uma vez que todo projeto pode ser melhorado", e garantiu que não há por parte do Governo nenhuma posição secreta.

Desde que não seja alterada a tese central do projeto, "que é implantar o Estado de Direito, assegurar a autodefesa para a democracia, não permitindo abertura para o estado da anarquia", qualquer emenda pode ser aceita.